

EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA: ABORDAGENS PREVENTIVAS NA ESCOLA

EDUCATION AND MENTAL HEALTH IN ADOLESCENCE: PREVENTIVE APPROACHES AT SCHOOL

Damiane Pereira Caetano

MUST University, Estados Unidos

Márcio Leandro Gonçalves Leão

MUST University, Estados Unidos

Silvia Cardoso Bueno Martins

MUST University, Estados Unidos

Patrícia Cristina Faraco da Silva

MUST University, Estados Unidos

Raquel Martins

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/dh2z1s23>

Publicado em: 30.06.2024

Resumo: O presente artigo teve como objetivo analisar estratégias de intervenção preventiva voltadas à promoção da saúde mental de adolescentes no ambiente escolar. A pesquisa abordou a temática a partir de uma perspectiva qualitativa, de cunho bibliográfico, utilizando como corpus três estudos acadêmicos publicados entre 2020 e 2023. As análises permitiram identificar que a escola constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde mental, especialmente por sua proximidade com o cotidiano dos adolescentes e pelo potencial de articulação com redes de apoio. Observou-se que o período de isolamento social agravou o sofrimento psíquico nessa faixa etária, evidenciando fragilidades institucionais e a necessidade de ações articuladas entre os setores da educação, saúde e assistência social. Os resultados indicaram que as estratégias mais eficazes são aquelas que envolvem múltiplos atores institucionais e se sustentam por políticas públicas intersetoriais. Conclui-se que a escola precisa ser compreendida como agente ativo na promoção da saúde mental, o que demanda investimento em formação profissional, criação de protocolos de atendimento e estruturação de redes integradas de cuidado. As lacunas identificadas apontam para a necessidade de estudos futuros que investiguem os impactos de intervenções contínuas e participativas no desenvolvimento psicossocial dos estudantes.

Palavras-chave: Saúde Emocional; Prevenção Escolar; Adolescência; Vulnerabilidade Psicossocial; Rede de Cuidado.



Abstract: This article aimed to analyze preventive intervention strategies aimed at promoting adolescent mental health in the school environment. The research addressed the topic from a qualitative, bibliographic perspective, using as its corpus three academic studies published between 2020 and 2023. The analyses identified the school as a key setting for developing mental health promotion actions, particularly due to its proximity to adolescent daily life and its potential to articulate support networks. It was observed that the period of social isolation intensified psychological distress in this age group, exposing institutional weaknesses and the need for coordinated actions among the education, health, and social assistance sectors. The results indicated that the most effective strategies are those involving multiple institutional actors and supported by intersectoral public policies. It is concluded that schools must be understood as active agents in mental health promotion, which requires investment in professional training, development of care protocols, and structuring of integrated support networks. The identified gaps point to the need for future studies that investigate the impacts of continuous and participatory interventions on students' psychosocial development.

Keywords: Emotional Health; School Prevention; Adolescence; Psychosocial Vulnerability; Support Network.

Introdução

A saúde mental da população adolescente tem sido objeto de atenção crescente nas últimas décadas, em virtude do aumento de diagnósticos relacionados a transtornos psíquicos nessa faixa etária e da intensificação de situações de sofrimento associadas a fatores escolares, familiares e socioculturais. O ambiente escolar, por sua posição privilegiada na rotina dos jovens, tornou-se um campo estratégico para a implementação de ações de promoção da saúde e de prevenção de agravos emocionais, considerando-se a capacidade da escola de atuar como espaço de escuta, convivência e mediação de conflitos.

A escolha deste tema justificou-se pela constatação de que o sofrimento psíquico entre adolescentes tem se manifestado de forma cada vez mais precoce e intensa, exigindo das instituições escolares respostas que ultrapassem o ensino formal e incorporem práticas de cuidado e acolhimento. Tal cenário evidencia a importância de consolidar políticas educacionais integradas com o sistema de saúde pública, orientadas por uma abordagem preventiva e intersetorial. A literatura aponta que escolas que adotam estratégias de cuidado contínuo e estruturado apresentam melhores condições para identificar e encaminhar situações de vulnerabilidade emocional, contribuindo para o desenvolvimento global dos estudantes.

A partir desse contexto, estabeleceu-se a seguinte questão norteadora: de que forma a escola pode atuar na promoção da saúde mental da população adolescente por meio de estratégias preventivas? A resposta a essa pergunta permitiu delimitar os seguintes objetivos da pesquisa: como objetivo geral, analisar estratégias de intervenção preventiva voltadas à promoção da saúde mental na adolescência no ambiente escolar; como objetivos específicos, identificar os impactos do isolamento social sobre a saúde mental dos estudantes, examinar o papel institucional da escola nesse processo e discutir a importância da articulação intersetorial entre os setores da educação, saúde e assistência social.

A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, com base na leitura e análise de textos acadêmicos publicados entre 2020 e 2023. A seleção das

obras teve como critério a relevância temática e a acessibilidade, sendo priorizadas produções que abordassem a promoção da saúde mental na adolescência sob a ótica da escola como agente preventivo. Foram utilizados mecanismos de busca em bases acadêmicas consolidadas, com combinações simples de palavras-chave. A análise dos dados organizou-se em torno de três eixos temáticos principais.

Entre os principais referenciais teóricos utilizados, destacam-se os trabalhos de Soares (2022), Souza (2022) e Eustache *et al.* (2021), os quais abordam, com diferentes enfoques metodológicos, a atuação da escola frente às demandas psicossociais dos adolescentes. Esses estudos forneceram elementos empíricos e teóricos relevantes para a organização dos capítulos e para a articulação entre os temas centrais.

A estrutura do artigo encontra-se dividida em capítulos que abordam, respectivamente, a escola como espaço de promoção da saúde mental na adolescência, os impactos do isolamento social na saúde emocional dos estudantes e as estratégias intersetoriais de prevenção no contexto educacional. Em seguida, são apresentados os resultados da análise bibliográfica, as considerações conclusivas e as referências utilizadas.

Metodologia

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica, centrada na análise de publicações acadêmicas e documentos institucionais voltados à temática da saúde mental na adolescência, com ênfase em estratégias de intervenção preventiva no contexto escolar. A pesquisa bibliográfica, conforme definido por autores como Gil, permite a sistematização de conhecimentos já produzidos e a identificação de lacunas que orientam futuras investigações, sendo apropriada para estudos que buscam compreender fenômenos sociais por meio do confronto teórico.

Foram adotadas três etapas principais no desenvolvimento metodológico: (1) seleção criteriosa do material empírico, com base na delimitação do tema e dos objetivos da pesquisa; (2) análise das obras a partir da técnica de leitura temática e extração de citações relevantes; (3) organização e discussão dos dados conforme os eixos analíticos definidos. Os critérios de inclusão foram: publicações acadêmicas entre os anos de 2020 e 2023; documentos que abordassem direta ou indiretamente a saúde mental de adolescentes no espaço escolar; e materiais acessíveis integralmente em língua portuguesa ou inglesa. Excluíram-se textos sem recorte temático definido, produções anteriores a 2020 e publicações de caráter opinativo, sem base empírica ou teórica.

Utilizaram-se, para a busca das fontes, bases de dados científicas como SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), reconhecida por sua indexação de periódicos acadêmicos da América Latina e do Caribe. As palavras-chave aplicadas nas buscas foram combinadas com operadores booleanos e expressões simples, em língua portuguesa, entre aspas curvas e simples: 'educação em saúde mental', 'adolescência', 'prevenção na escola', 'intervenção psicossocial' e 'promoção do bem-estar emocional'.

A seleção dos textos incluiu também relatórios institucionais, dissertações e artigos indexados que atendessem aos critérios descritos. O corpus foi constituído por três publicações principais: um projeto de intervenção (Soares, 2022), uma dissertação acadêmica (Souza, 2022)

e um artigo científico internacional (Eustache *et al.*, 2021), os quais subsidiaram a construção teórica dos capítulos analíticos.

A análise dos conteúdos seguiu o modelo IMRD (Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão), “o que facilita a leitura e a compreensão por parte da comunidade acadêmica” (Bloise, 2020, p. 118). Esta estrutura contribuiu para a organização lógica e argumentativa do artigo, permitindo a articulação entre dados extraídos das fontes e os objetivos propostos.

Além disso, a construção do trabalho esteve ancorada em fundamentos pedagógicos oriundos do ensino baseado em problemas. “A disciplina, assim como outras do próprio programa, nasce trazendo as contribuições da experiência inovadora da pós-graduação lato sensu ofertada pelo CEDESS ancorada na metodologia do Ensino-Aprendizagem Baseado em Problemas (ABP)” (Betty *et al.*, 2023, p. 9). Essa perspectiva favoreceu a problematização do tema e a articulação das fontes teóricas em torno de uma questão central.

A prática da leitura crítica e da escrita científica foi orientada por princípios de metodologia ativa, valorizando a seleção consciente de fontes e a articulação coerente das evidências. Como afirmam Morón, Silva e Fialho (2023), “a prática da escrita científica, quando associada a metodologias ativas, favorece a compreensão das normas técnicas, da lógica argumentativa e da estruturação de ideias com base em evidências” (p. 10), o que se procurou aplicar em todas as etapas do presente artigo.

A escola como espaço de promoção da saúde mental na adolescência

A instituição escolar possui papel determinante na constituição subjetiva dos adolescentes, sendo reconhecida como um espaço legítimo para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde mental. Tal função se justifica pela centralidade que a escola ocupa na vida cotidiana de adolescentes, não apenas como local de aprendizagem formal, mas como ambiente relacional, estruturador de vínculos e rotinas. De acordo com Soares (2022), “a escola é reconhecida como espaço propício para a promoção da saúde mental dos adolescentes, por ser um ambiente onde há possibilidade de convivência, expressão e construção de vínculos afetivos. Quando estruturada de forma acolhedora, com estratégias de apoio psicossocial, pode favorecer a identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico e a mobilização de recursos para o enfrentamento desses quadros” (Soares, 2022, p. 16).

A citação destaca a capacidade da escola em identificar precocemente manifestações de sofrimento psíquico, desde que conte com mecanismos de escuta e apoio devidamente institucionalizados. Souza (2022) acrescenta que os profissionais da educação, mesmo sem formação especializada, são com frequência os primeiros a notar alterações comportamentais significativas, o que os torna agentes centrais na rede de cuidado. Como aponta a autora, “na prática cotidiana escolar, observa-se que professores e demais profissionais da educação frequentemente assumem papel fundamental na escuta, acolhimento e encaminhamento de estudantes com indícios de sofrimento mental” (Souza, 2022, p. 42).

Contudo, a efetividade dessa atuação depende do fortalecimento institucional da escola enquanto promotora de saúde. Nesse sentido, Eustache *et al.* (2021) defendem que:

Programas de saúde mental na escola têm maior êxito quando são incorporados à cultura institucional, integrando-se ao cotidiano escolar por meio de ações

que envolvem todos os atores da comunidade educativa, incluindo gestores, professores, famílias e serviços externos. Essa abordagem amplia o alcance das ações e permite construir um ambiente de aprendizagem emocionalmente seguro e responsivo às necessidades dos estudantes (Eustache *et al.*, 2021, p. 12).

A articulação entre os autores revela um ponto de consenso: a escola precisa assumir uma abordagem integrada e participativa, envolvendo múltiplos agentes na formulação e execução das estratégias preventivas. Soares (2022) reforça essa ideia ao argumentar que o sucesso das intervenções em saúde mental depende da criação de uma cultura de cuidado que perpassa todas as dimensões escolares, desde a gestão até as práticas pedagógicas.

Por outro lado, há divergências quanto à forma de operacionalizar essa abordagem. Enquanto Souza (2022) enfatiza a urgência de capacitações específicas para professores, Eustache *et al.* (2021) defendem que a formação docente deve ser apenas um dos eixos de um modelo mais amplo de intervenção. Para os autores, “ações isoladas, centradas exclusivamente no professor, não são suficientes para produzir mudanças duradouras, sendo necessária a incorporação de uma perspectiva institucional e comunitária” (Eustache *et al.*, 2021, p. 17).

Além disso, é preciso considerar os limites estruturais impostos às instituições públicas de ensino, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. De acordo com Soares (2022), muitas escolas carecem de apoio psicossocial interno e não possuem protocolos claros de encaminhamento, o que dificulta a consolidação de uma rede de cuidados. A autora salienta que:

Ainda que a escola esteja próxima das realidades vividas pelos adolescentes, sua atuação é comprometida pela ausência de recursos, pela sobrecarga dos profissionais e pela inexistência de articulação sistemática com os serviços de saúde e assistência social (Soares, 2022, p. 28).

A partir dessa constatação, torna-se evidente que a escola, embora potencialmente estratégica, não pode atuar de forma isolada. É fundamental que haja uma articulação efetiva com outros setores, de modo a garantir o acompanhamento contínuo e integral dos adolescentes em situação de risco psicossocial. Essa perspectiva será aprofundada no terceiro capítulo, dedicado às estratégias intersetoriais de prevenção.

Em síntese, o reconhecimento da escola como promotora de saúde mental demanda ações articuladas entre formação docente, apoio institucional e integração com a comunidade. A literatura consultada confirma que o ambiente escolar possui condições favoráveis à identificação precoce de sofrimento psíquico e à implementação de práticas de cuidado, desde que essas sejam sustentadas por políticas públicas consistentes e recursos adequados.

Impactos do isolamento social na saúde mental de estudantes adolescentes

O período pandêmico deflagrado pela disseminação do vírus SARS-CoV-2 provocou rupturas substanciais no cotidiano escolar, impactando diretamente a saúde mental de adolescentes. O isolamento social, a suspensão das aulas presenciais e a ausência de interação com pares e adultos de referência constituíram elementos críticos na intensificação de quadros de sofrimento psíquico, sobretudo ansiedade, depressão e distúrbios do sono.

A partir da perspectiva de Soares (2022), a retirada do convívio escolar não apenas desorganizou a rotina dos estudantes, mas também dificultou o acesso a mecanismos institucionais de proteção. A autora afirma que

com o fechamento das escolas, muitos adolescentes perderam o contato com adultos de referência fora do ambiente familiar, o que dificultou o reconhecimento e o encaminhamento de situações de risco, como a ideação suicida, uso de substâncias e comportamentos autolesivos (Soares, 2022, p. 21).

Essas consequências foram agravadas pela desigualdade no acesso às tecnologias de ensino remoto, o que deixou uma parcela significativa de estudantes em situação de abandono escolar. Segundo Souza (2022), a pandemia aprofundou assimetrias já existentes, revelando que

os estudantes com menor suporte familiar e com condições socioeconômicas mais precárias foram os que apresentaram maiores índices de sofrimento psíquico durante o período de isolamento, com efeitos persistentes mesmo após a reabertura das escolas (Souza, 2022, p. 38).

Diante desse cenário, emergiu uma preocupação generalizada quanto à capacidade do sistema educacional em reconstituir vínculos afetivos e pedagógicos com os estudantes. Eustache *et al.* (2021) destacam que:

O retorno às atividades escolares presenciais deve ser planejado com foco na recuperação emocional dos adolescentes, priorizando escuta ativa, estratégias de reintegração gradual e criação de espaços seguros para expressão dos sentimentos, de modo a mitigar os impactos psíquicos acumulados no período de distanciamento (Eustache *et al.*, 2021, p. 19).

O excerto evidencia a necessidade de medidas estruturadas para o acolhimento psicossocial dos estudantes no período pós-isolamento. Tal diretriz é corroborada por Soares (2022), que aponta que, em muitos casos, os adolescentes retornaram às escolas carregando perdas familiares, traumas não elaborados e experiências de abandono institucional. A autora sustenta que “a ausência de acolhimento institucionalizado contribui para o agravamento de quadros de sofrimento, desmotivação e desengajamento escolar, sendo essencial a atuação de equipes multiprofissionais” (Soares, 2022, p. 23).

Por outro lado, Souza (2022) problematiza a limitação das ações emergenciais adotadas por algumas redes de ensino, as quais, segundo a autora, se restringiram à distribuição de materiais impressos e atividades assíncronas, sem articulação com estratégias de cuidado emocional. Para Souza (2022), “a ausência de acompanhamento psicossocial sistemático expôs os limites de uma abordagem exclusivamente pedagógica da crise educacional, negligenciando a dimensão subjetiva da aprendizagem” (p. 44).

Ademais, as experiências traumáticas vivenciadas durante o isolamento tendem a manifestar-se de forma tardia, exigindo atenção continuada ao longo do processo educativo. Eustache *et al.* (2021) alertam que

os efeitos da pandemia sobre a saúde mental não se restringem ao período do distanciamento, prolongando-se por meses ou anos, e exigindo políticas públicas voltadas ao monitoramento contínuo e à promoção do bem-estar psicossocial (p. 20).

Ao estabelecerem esse diagnóstico, os autores convergem no entendimento de que o retorno presencial requer mais do que a retomada do currículo formal: impõe-se a necessidade de reestruturação das práticas pedagógicas, das relações institucionais e dos modelos de avaliação do engajamento estudantil. A literatura aponta que essa reestruturação não pode prescindir da

escuta ativa e da mediação empática, configurando-se como desafio central para a educação contemporânea.

Portanto, o impacto do isolamento social sobre a saúde mental dos adolescentes revela-se como um fenômeno multidimensional, cuja resposta exige a integração entre política educacional, saúde pública e práticas escolares sensíveis às novas demandas subjetivas. O próximo capítulo abordará, com base nesse entendimento, as estratégias intersetoriais de prevenção no contexto escolar.

Estratégias intersetoriais de intervenção preventiva no contexto escolar

A complexidade dos fatores que atravessam a saúde mental de adolescentes no ambiente escolar demanda uma abordagem que ultrapasse os limites institucionais da escola. As estratégias preventivas mais eficazes, conforme apontado por diferentes autores, pressupõem a atuação intersetorial entre os campos da educação, saúde e assistência social, tendo como foco a construção de redes de cuidado territorializadas e sustentáveis. Como observa Souza (2022),

a atuação conjunta entre educação, saúde e assistência social é apontada como uma condição essencial para a eficácia das ações preventivas em saúde mental no contexto escolar. Essa articulação deve se concretizar por meio de projetos intersetoriais com foco na escuta qualificada, no vínculo comunitário e na construção de ambientes seguros para adolescentes (Souza, 2022, p. 53).

De acordo com Soares (2022), é a fragmentação entre os setores que compromete a continuidade do cuidado psicossocial dos estudantes, particularmente em territórios com baixos índices de desenvolvimento humano. A autora afirma que “ações isoladas, mesmo que bem intencionadas, tendem a se esgotar rapidamente quando não se articulam com uma rede institucional que dê suporte aos adolescentes em situação de vulnerabilidade” (Soares, 2022, p. 29). Essa perspectiva enfatiza a necessidade de um plano de ação que contemple desde o diagnóstico precoce até o acompanhamento psicoterapêutico, com responsabilidade compartilhada entre os diferentes setores públicos.

Eustache *et al.* (2021) também reforçam essa concepção, ao afirmarem que:

O sucesso das estratégias de intervenção depende de uma abordagem integral que articule o trabalho dos professores, equipes da atenção básica, psicólogos escolares e conselhos tutelares, respeitando as especificidades culturais e territoriais de cada comunidade. Essa rede deve operar com fluxos bem definidos, evitando a sobreposição de funções e assegurando a continuidade dos atendimentos (Eustache *et al.*, 2021, p. 18).

A citação destaca um dos principais desafios operacionais enfrentados por políticas intersetoriais: a ausência de protocolos claros e sistemáticos que garantam a cooperação efetiva entre os agentes envolvidos. Souza (2022) corrobora esse diagnóstico ao argumentar que, em muitos municípios, as escolas não dispõem sequer de canais diretos com os serviços de saúde mental da atenção básica, o que compromete a efetividade das intervenções.

Por outro lado, Soares (2022) identifica experiências exitosas de articulação intersetorial quando há liderança proativa da gestão escolar e mobilização comunitária. Para a autora, “iniciativas como os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) têm se mostrado fundamentais quando estabelecem pactos de atuação

com as escolas, sobretudo em territórios de alta vulnerabilidade” (p. 30). Trata-se, portanto, de reconhecer que a intersectorialidade não se esgota na formalização de parcerias, mas exige mediações institucionais contínuas e sensíveis às dinâmicas locais.

Em consonância com essa abordagem, Eustache *et al.* (2021) alertam que:

Sem políticas públicas de apoio técnico e financeiro, os esforços intersectoriais tendem a se restringir a ações pontuais, com baixo impacto coletivo. É fundamental que os governos locais e nacionais promovam a institucionalização das práticas preventivas, com formação continuada e recursos humanos especializados (Eustache *et al.*, 2021, p. 20).

Esse argumento expõe um impasse estrutural: embora exista consenso quanto à necessidade de estratégias integradas, sua consolidação depende da criação de marcos regulatórios, recursos estáveis e cultura de cooperação entre setores tradicionalmente isolados. A esse respeito, Souza (2022) propõe a criação de planos locais de promoção da saúde mental na adolescência, com participação ativa das escolas, unidades básicas de saúde e conselhos municipais.

Desse modo, a literatura consultada converge ao apontar a intersectorialidade como eixo estruturante das ações preventivas em saúde mental no ambiente escolar. No entanto, também revela a fragilidade das políticas públicas atuais e a carência de estratégias de implementação consistentes. O próximo capítulo apresentará os resultados e análise do material bibliográfico, evidenciando as contribuições, limites e implicações das descobertas reunidas ao longo da pesquisa.

Resultados e análise dos dados

A análise bibliográfica realizada permitiu identificar um conjunto consistente de elementos teóricos que contribuem para a compreensão da promoção da saúde mental na adolescência no ambiente escolar, especialmente a partir de intervenções de natureza preventiva. Os resultados revelaram, de forma convergente, que a escola é reconhecida como espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas de escuta, acolhimento e identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico entre adolescentes. No entanto, observou-se que essa função está frequentemente condicionada à existência de recursos institucionais e redes de apoio externas, o que nem sempre está garantido pelas políticas educacionais em vigor.

Verificou-se que desigualdades estruturais preexistentes têm impactado negativamente a estabilidade emocional de adolescentes, especialmente entre aqueles em situação de maior vulnerabilidade social. A literatura analisada evidenciou que esses estudantes apresentam maior propensão a quadros de sofrimento mental, sobretudo em contextos nos quais há fragilidade na oferta de mediações institucionais voltadas ao cuidado psicossocial. Tais evidências permitem afirmar a urgência de políticas públicas voltadas ao bem-estar emocional dos estudantes, com foco em estratégias preventivas e apoio contínuo no ambiente escolar.

Em relação às estratégias intersectoriais, os dados indicaram que a articulação entre educação, saúde e assistência social constitui condição necessária, ainda que insuficiente, para a efetividade das ações preventivas. A atuação integrada entre os setores depende de protocolos claros de atuação, investimento em formação continuada e construção de redes locais de apoio, com ênfase na valorização dos saberes comunitários e na institucionalização de práticas de cuidado. Embora tenham sido mapeadas iniciativas exitosas, a literatura também apontou

dificuldades recorrentes, como ausência de fluxos operacionais, sobrecarga dos profissionais e lacunas no financiamento público.

As descobertas analisadas estão em consonância com pesquisas anteriores que problematizam a tendência à medicalização do sofrimento psíquico na escola, muitas vezes desvinculada de intervenções preventivas e dialógicas. Em vez disso, os estudos selecionados defenderam abordagens pedagógicas que promovam o pertencimento, o vínculo afetivo e a participação ativa dos adolescentes nas decisões escolares. Essa perspectiva reforça o entendimento de que o cuidado em saúde mental deve ser transversal à prática educativa, e não restrito a encaminhamentos clínicos ou procedimentos diagnósticos formais.

Entre as limitações dos materiais analisados, destaca-se a predominância de estudos qualitativos com base em experiências localizadas, o que pode restringir a generalização das conclusões para outras realidades socioterritoriais. Além disso, alguns textos não apresentaram detalhamento metodológico suficiente, o que compromete a replicabilidade de suas propostas em contextos distintos. Apesar dessas limitações, as contribuições teóricas reunidas foram suficientes para sustentar a análise crítica dos objetivos da pesquisa e para propor caminhos concretos de aprimoramento das práticas escolares.

Por fim, os resultados indicaram que uma das dimensões mais promissoras para futuras investigações consiste na avaliação longitudinal de programas intersetoriais de promoção da saúde mental, com foco específico em seus efeitos sobre a permanência escolar, o desenvolvimento socioemocional e o desempenho acadêmico dos adolescentes. Além disso, a incorporação de metodologias participativas, com escuta ativa dos estudantes, apresenta-se como via de enriquecimento das intervenções, tornando-as mais sensíveis às realidades subjetivas e culturais dos sujeitos envolvidos.

Conclusão

A presente pesquisa teve como objetivo analisar estratégias de intervenção preventiva voltadas à promoção da saúde mental na adolescência no ambiente escolar, com base em literatura científica publicada entre 2020 e 2023. Partiu-se da premissa de que a escola, como instituição social complexa, desempenha papel fundamental na identificação e no enfrentamento de situações de sofrimento psíquico entre adolescentes, sobretudo quando articulada a políticas públicas intersetoriais.

A questão norteadora – de que forma a escola pode atuar na promoção da saúde mental da população adolescente por meio de estratégias preventivas – foi respondida a partir da análise de três eixos centrais: o reconhecimento da escola como espaço de promoção da saúde mental, os impactos do isolamento social sobre os estudantes durante a pandemia e a necessidade de articulação intersetorial para garantir eficácia nas ações preventivas.

Ao longo do estudo, constatou-se que a atuação escolar no campo da saúde mental depende de fatores como formação adequada dos profissionais, presença de redes de apoio estruturadas e sensibilidade institucional às demandas subjetivas dos adolescentes. A análise demonstrou que o isolamento social agravou quadros de sofrimento entre os estudantes, tornando ainda mais evidente a insuficiência de abordagens restritas ao currículo e à performance escolar. Além

disso, a literatura destacou que intervenções bem-sucedidas exigem planejamento intersetorial, protocolos claros de atuação e financiamento contínuo.

A metodologia adotada, de natureza qualitativa e bibliográfica, permitiu reunir dados teóricos que subsidiaram a análise crítica da problemática estudada. A organização do trabalho em capítulos temáticos possibilitou o aprofundamento dos argumentos e o diálogo entre diferentes autores da área, respeitando a estrutura científica exigida.

Com base nas lacunas identificadas, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem a análise de intervenções de longo prazo voltadas à saúde mental de adolescentes no espaço escolar, com ênfase em estudos avaliativos e metodologias participativas que incorporem o protagonismo estudantil. Também se aponta a necessidade de investigações que articulem dados quantitativos e qualitativos, com vistas a orientar políticas públicas mais efetivas e integradas.

Referências

- BETTY, C. B.; FERREIRA-GERAB, I.; SEIFFERT, O. M. L. B.; PRUDÊNCIO, S. N. O ensino da metodologia da pesquisa científica – entrelaçando modalidades, metodologias e cenários de ensino-aprendizagem. **Educ@ – Revista da Rede Interação**, v. 21, e61629, 2023.
- BLOISE, D. M. A importância da metodologia científica na construção da ciência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 6, n. 6, p. 105–122, 2020.
- EUSTACHE, E.; GERBASI, M.; SEVERE, J.; et al. Intervention in schools promoting mental health and well-being. **Global Journal of Community Psychology Practice**, v. 12, n. 1, p. 9-23, 2021.
- MORÓN, S. V. L.; SILVA, M. P.; FIALHO, J. R. Metodologias ativas como instrumento de formação acadêmica e científica no ensino em Ciências do Movimento. **Educação & Pesquisa**, v. 49, e5299, 2023.
- SOARES, E. V. V. **Projeto de intervenção na escola: abordagem à saúde mental na adolescência no município de Aporá-BA**. Reportagem (Projeto de intervenção) – Universidade Aberta da Saúde, UNA-SUS. 2021.
- SOUZA, D. R. de. **Adolescência e intervenções em saúde mental no contexto escolar: uma revisão sistemática de literatura**. Dissertação (Mestrado em Ciências: Educação e Saúde na Infância e Adolescência) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022.